

Aragão depõe e não convence a CPI

■ Relator Roberto Magalhães diz que ele será o primeiro senador na lista de cassações

Brasília — Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — O senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), que presidiu a Comissão Mista de Orçamento em 1991, saiu de seu depoimento com lugar garantido na lista de parlamentares cuja cassação será pedida pela CPI. "Ele é o primeiro senador a integrar a lista", afirmou o relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), após a sessão.

No depoimento, que durou pouco mais de duas horas, Aragão se complicou com as perguntas do relator. "Não sou da direção da entidade, não sei", respondeu quando Magalhães apresentou relatório do TCU sobre a Associação Beneficente JR Aragão. A entidade, que leva o nome de Aragão, adquiriu, em agosto de 1992, três ambulâncias Fiat Elba por US\$ 47 mil, mas um ano depois ainda não recebeu os veículos. Eles foram comprados na Dinasa, da qual o senador detém 30% das cotas.

Odebrecht — O envolvimento de Aragão com a Norberto Odebrecht também ficou evidenciado durante o depoimento. O senador presidia a Comissão de Orçamento quando a empreiteira conseguiu aprovar emendas, beneficiando suas obras no valor de US\$ 620 milhões, conforme documento apreendido na casa do diretor Ailton Reis. Além disso, o concunhado de Aragão José Rufino de Souza é funcionário da empresa em Brasília e mora na casa do senador.

"Eu não me empenhei para liberar estes recursos", disse Aragão ao responder ao deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) sobre duas emendas destinando recursos ao município de Cacoal. Uma delas destinava CR\$ 4,6 bilhões para a construção de um hospital, cuja obra foi suspensa pelo ex-ministro Adib Jatene por superfaturamento. A obra era feita pela Construtora Mendes Carlos, pertencente ao ex-deputado Narciso Mendes, marido da deputada Célia Mendes (PPR-AC). A outra emenda, no valor de CR\$ 4,6 bilhões, era para obras de saneamento ambiental e foi executada pela Engelpa, que pertence a Luis Carlos Alves, primo da mulher de Aragão. A Engelpa ganhou a obra mesmo tendo perdido a licitação, depois que a comissão que julgou a concorrência foi destituída.

Aplicações — O senador também não soube explicar como teve um rendimento de aplicações de US\$ 135 mil em 1991, se não tinha capital para investir que resultasse em tal ganho. Também ficou sem resposta a indagação do deputado Luiz Alfredo Salomão (PDT-RJ) sobre a variação patrimonial de 1990 para 1991. Neste ano, a diferença entre o aumento do patrimônio e a renda de Aragão teve sobra de apenas US\$ 1,6 mil.

De 1989 a 1993, Aragão recebeu depósitos de US\$ 1.864.086 em suas contas bancárias, dos quais US\$ 1.017.183 em 1991.



Antes de depor na CPI presidida por Passarinho (E), Aragão cumprimentou primeiro Magalhães